

DIALOGO

JOSÉ ÁNGEL GARCÍA
DE CORTÁZAR E O MEDIEVALISMO
HISPÂNICO — TÓPICOS
DE UMA CONVERSA

*(Entrevista dirigida por Amélia Aguiar Andrade,
Bernardo Vasconcelos e Sousa e Luís Krus)*

PENÉLOPE. FAZER E DESFAZER HISTÓRIA, N.º 2, FEV. 1989

O PROFESSOR José Angel García de Cortázar é um reputado medievalista que tem dedicado particular atenção aos problemas da história agrária e da organização social do espaço rural. Tendo iniciado o seu percurso pelos séculos XIV e XV, acabaria por se fixar no estudo da Alta Idade Média. Na extensa entrevista que nos concedeu e da qual publicamos algumas das respostas, o professor Cortázar passa em revista os condicionalismos mais relevantes que marcaram e marcam a sua investigação, com particular destaque para a presença constante da Geografia, da Antropologia e da Sociologia na sua prática interdisciplinar.

A evolução recente da historiografia espanhola, a análise da situação dos estudos históricos nas universidades e, por fim, o olhar de relance para a produção historiográfica portuguesa sobre a Idade Média, completam o quadro de conjunto de reflexões altamente sugestivas*.

Actualmente na Universidade da Cantábria (Santander), o professor Cortázar tem um livro traduzido em português (História Rural Medieval, Lisboa, Estampa, 1983) e participou, em Portugal, num seminário organizado pelo Instituto de História Económica e Social da Faculdade de Letras de Coimbra, em 1987-1988.

Os mestres e a opção pela História Medieval

Quando fiz a minha licenciatura em História na Universidade de Valladolid, entre 1956 e 1961, todos os alunos estavam sujeitos a um único e idêntico *currículum*. Todos cursávamos as mesmas trinta e duas cadeiras que compunham o nosso plano de estudos. Nessas circunstâncias, ou bem que o estudante tinha uma orientação, um gosto, uma predilecção por uma determinada área e seguia e sua inclinação, ou bem que o estudante se deixava conquistar pelo professor que mais o havia impressionado na sua carreira académica, independentemente da especialidade deste. No meu caso pessoal, junataram-se certas doses de uma e outra coisa. Entre os professores cujos cursos segui contaram-se três que, de uma forma especial, estimularam o meu interesse. Um, de História da Arte, o professor Azcárate. Outro, de Geografia, o professor García Fernández. E, por fim, outro, de História, concretamente de História Medieval, o professor Suárez Fernández. A todos três, os alunos daqueles anos devemos facetas distintas na nossa formação. Se, pessoalmente, me inclinei para o último, isso deveu-se menos à personalidade de cada um e mais à disciplina que cada qual cultivava. Dito de outra forma, interessava-me mais a História do que a Geografia e a História da Arte. Pensava eu que, em última instância, a primeira en-

* Por razões editoriais, suprimiram-se as perguntas e organizaram-se as respostas por tópicos.

globava as outras duas. Proporcionava o pano de fundo imprescindível para compreender a História da Arte e, de certo modo, era resultado de sucessivas situações de uma Geografia entendida no seu sentido mais amplo. O próprio catedrático dessa disciplina recordava-no-lo com factos: nas suas aulas práticas analisávamos textos como a versão extensa e romaceada do *Fuero de Sepulveda* ou as *Ordenanzas de Rioja y Cuéllar*. Provavelmente foi então que nasceu o meu interesse e a minha obsessão pelo espaço físico e suas manifestações, pela adaptação da geologia, por parte do homem, para a transformar em paisagem. A leitura da obra de Braudel, *La Méditerranée...*, incentivada por uma visita que o historiador francês fez à nossa faculdade, completou os estímulos para englobar espaço geográfico e espaço histórico.

Quanto à História, uma vez decidido a inclinar-me por ela, o adjectivo pô-lo o professor Suárez Fernández. E não somente o adjectivo «medieval», mas, mais concretamente, o adjectivo «baixo-medieval». O professor Suárez Fernández estava então em plena pesquisa sobre o período dos Trastámaras na história da Coroa de Castela: de 1369 a 1474; e começava a prolongá-la até 1504, data da morte da rainha Isabel a Católica. Nestas condições, era lógico que os meus primeiros passos fossem por esses caminhos. A princípio, a minha própria tese de Licenciatura. Hoje o seu título situa-se nos antípodas do que depois veio a ser o meu itinerário de investigador: *Las revueltas nobiliarias en el reinado de Enrique IV de Castilla, con especial atención al período 1464-1468*. O mesmo se passou com a tese de Doutoramento. Pelo menos na sua formulação inicial: *La política de los Reyes Católicos en el Señorío de Vizcaya*. Foi nos primeiros passos para a sua elaboração que fiz a primeira grande viragem no meu caminho de investigação. Inspirando-me nos esquemas de Braudel e de Vicens Vives, dei a volta ao título e aos conteúdos da tese que, então, se converteu em *Vizcaya en el siglo XV. Aspectos económicos y sociales*. Apresentada em 1965 na Universidade de Valladolid, foi publicada em Bilbao no ano seguinte. O meu interesse pela análise dos distintos níveis de actividade da sociedade — Demografia, Economia, Estrutura Social, Fiscalidade... — ficava aí amplamente expresso.

Da Baixa à Alta Idade Média

Pela sua cronologia, o tema da tese representava um relativo ponto de chegada. Não é estranho, por isso, que, pouco a pouco, se suscitasse em mim a curiosidade de saber como se havia chegado ali. Como se havia cristalizado um eixo de relações mercantis Burgos-Bilbao e qual era o âmbito sobre o qual exercia influência. Este primeiro factor de interesse pelo que tinha acontecido no espaço nortenho antes de 1380-1400 foi estimulado por uma circunstância meramente administrativa. No curso de 1966-1967, já

na Universidade de Salamanca e como Professor Adjunto na Faculdade de Filosofia e Letras, ofereceu-se-me a oportunidade de ter a meu cargo, naquele ano académico, uma cadeira sem nome, do 4.º ano: o Curso Monográfico Variável. Cabia a cada professor, também ele variável, preencher de conteúdo tal curso. E o que eu propus foi uma iniciação à investigação em História Medieval sobre a base de um estudo do vale do Douro ou, mais precisamente, do quadrante Noroeste dos reinos hispânicos. E em que período? Pois naquele em que as fontes publicadas facilitariam a tarefa aos meus alunos. Concretamente, portanto, entre os séculos IX e XIII.

Deste modo, sem saber exactamente onde poderia parar tudo aquilo, com o apoio do entusiasmo inquebrantável de um contemporaneísta, o professor Artola, comecei o meu Curso Monográfico Variável. As aulas complementaram-se com a direcção de quarenta e cinco trabalhos de investigação que iam desde as campanhas militares de muçulmanos e cristãos até ao estudo das fronteiras castelhana-leonesas ou castelhana-navarras, passando pela análise da iconografia como fonte para o estudo dos modos de vida, ou ainda passando igualmente pelo estudo dos castelos ou das fases de instalação dos repovoadores do vale do Douro. Cada aluno, ao elaborar o seu trabalho, devia incluir um *corpus* cartográfico que traduzisse expressivamente a maior parte possível dos fenómenos que havia estudado. Conservo ainda vários dos trabalhos daquele curso. De certo modo, eles foram o acicate e a razão para que eu acabasse por me implicar totalmente na dinâmica que havia criado.

Com efeito, por um lado, os entusiasmos «castelológicos» do professor Artola, em cujo *Renault 4* três alunos e eu percorremos as terras dos reinos de Castela e Leão à procura de castelos, serviram para que, no decurso das nossas expedições, o especialista de história contemporânea se dedicasse a fazer aos medievalistas toda a espécie de perguntas capciosas sobre os factos que constatávamos no terreno. Desde as muralhas ou os castelos propriamente ditos às parcelas de terreno cultivado ou às chaminés das aldeias. E é bem sabido como estimula, se não o intelecto pelo menos a imaginação, o compromisso de responder a este tipo de perguntas. A elas, a essa inesgotável capacidade de se interrogar, sem ceder a aceitar respostas feitas, que, ao longo da sua carreira profissional, caracterizou o professor Artola, devo eu não poucas das respostas que tive que construir para defender o crédito dos medievalistas. Mas, depois, surgiu outra forma de me integrar na empresa que tinha proposto aos meus alunos. Só realizando uma investigação paralela à deles seria capaz de adquirir a sensibilidade necessária para ver antes deles os problemas que a análise ou a interpretação da documentação lhes podia suscitar.

Centrei essa investigação paralela no estudo de *El dominio del monasterio de San Millán de la Cogolla en los siglos X a XIII*. Pouco tempo antes, o professor francês Jean-Gautier-Dalché tinha efectuado um breve estudo

sobre o mosteiro de Santo Toribio de Liébana. Praticamente pela primeira vez em Espanha um mosteiro era tratado como um centro de exploração rural e o seu domínio como um conjunto de relações dos monges com as suas terras e com os homens que as exploravam. O exemplo atraía-me. Um certo gosto pelas andanças campestres, pelo conhecimento da vida rural, reforçavam em mim essa atracção. Uma certa convicção de que encontrar um barco mais ou barco menos num porto não ia corrigir as linhas gerais do nosso conhecimento sobre o tráfego marítimo, instava-me, complementarmente, a debruçar-me sobre um tema como aquele. Porquê precisamente o mosteiro de San Millán de la Cogolla? A distância dos vinte anos que passaram desde essa decisão vejo, confusamente, dois factos misturados, sem saber com segurança qual precedeu qual. Por um lado, uma distribuição de temas de teses de Licenciatura entre alguns alunos do 5.º ano de 1966-1967. Nas suas mãos coloquei a tarefa de estudarem os domínios dos mosteiros de Sahagún, Oña, Cardeña e Arlanza. Por outro lado, a circunstância de o de San Millán de la Cogolla oferecer uma documentação em grande parte publicada e, noutra, facilmente acessível, que ia desde o ano de 759 a começos do século XII, a par do facto de o dito mosteiro ser o mais significativo de quantos haviam assentado o seu domínio em terras da Biscaia e de Alava e, em boa parte, na zona setentrional de Burgos. Ou seja, no espaço cujos antecedentes históricos me interessavam mais directamente em virtude das conclusões da minha própria tese de Doutoramento baixo-medieval.

Desta forma, o plano de estudos de Salamanca, o número de alunos, o professor Artola e as suas saídas para o campo, o espaço biscaíno-burgalês, amalgamaram-se em determinado momento para me incitar a entrar em contacto com os documentos alto-medievais. A partir de então, a expressiva riqueza dos mesmos, por baixo da sua aparente inexpressividade, a sensação permanente de estar a descobrir novos mundos, de estar a observar um mundo que se vai construindo ante os nossos olhos, o mundo anterior aos finais do século XII, foram incentivos suficientes para que não me afastasse muito dessa documentação anterior ao ano de 1200. Só quando tive que completar interpretações sobre o espaço biscaíno voltei a sair do reduto alto-medieval para tomar contacto com o baixo-medieval.

GARCÍA DE
CORTÁZAR

119

Porquê a História rural ?

Se me é permitido romper por um momento a seriedade da entrevista, direi que corre por aí uma versão que talvez já tenha chegado a Portugal, segundo a qual o meu interesse pela investigação em história rural medieval é filho do meu gosto por comer, e abundantemente, no campo. Não nego — nem o poderia fazer perante os inúmeros testemunhos que, ao longo

dos anos, se foram acumulando — que o consumo de presunto e chouriço, de *tortilla* de batatas e de *empanada*, de queijo e de vinho, ao ar livre, especialmente em bonitos dias de Primavera, constitui um atractivo suplementar dessa especialidade em História rural. Mas há outras razões. A mais importante é evidente e tem sido reiterada à saciedade: a Idade Média, em especial a anterior ao século XII, é quase exclusivamente rural. Portanto, se quero conhecer a sociedade dessa época, terei de olhar para a sociedade rural. Ela é, praticamente, toda a sociedade. É claro que, mesmo respeitando este marco cronológico, eu poderia estudar aspectos que não tivessem uma relação tão imediata com a sobrevivência quotidiana. As relações de poder, a mentalidade, para dar alguns exemplos. Continuar a estudar a Alta Idade Média, é certo, mas não estaria a fazer História rural *stricto sensu*. É uma opção para a qual, por exemplo, e para surpresa dos medievalistas espanhóis, se encaminham com frequência os portugueses. Ou seja, é como se estes tivessem optado, muitas vezes, por conhecer os elementos que, abreviando e para nos entendermos, poderíamos chamar superestruturais, sem ter adquirido antes um conhecimento dos estruturais.

Evidentemente que uma atitude semelhante, como, por seu lado, a dos espanhóis, obedece a uma certa tradição historiográfica criada nos últimos vinte anos. Não vou entrar na análise dessa tradição em nenhum dos lados da fronteira. Conformer-me-ei com dizer que, no meu caso, a minha dedicação à História rural nasce dessa convicção do interesse por conhecer as realidades de base de uma sociedade fundamentalmente rural, alimenta-se da certeza de que vamos ser (ou fomos já) a última geração que teve o ensejo de ver com os seus próprios olhos muitos dos aspectos da vida tradicional do campo, e mergulha, sem dúvida, as suas raízes na formação geográfica que recebi do professor Garcia Fernández na Universidade de Valladolid, manteve-se através do contacto com o professor Angel Cabo em Salamanca e sobreviveu graças à amizade com o professor Ortega Valcárcel, meu actual colega na Universidade da Cantábria. Foram muitas, especialmente com o primeiro e o último, as saídas para o campo, a procurar no terreno as realidades físicas e humanas. A sensibilidade aos temas da paisagem, nascida em mim com o amparo desses geógrafos, ajudou-me a dar um passo que, de outra forma, talvez não tivesse podido dar nunca.

Interdisciplinaridade e renovação metodológica na investigação histórica em Espanha

Vamos por partes para não confundir um itinerário pessoal com uma renovação colectiva. A primeira coisa a esclarecer é que, à margem da Geografia, a possível presença de um interesse pela Antropologia ou pela So-

ciologia parte da convicção de que só elas podem ajudar-nos a dar luz à obscuridade penetrante da nossa documentação alto-medieval. Nesse sentido, cumpre-se a máxima de que «Não há nada mais prático do que uma boa teoria.» E também neste ponto o meu credor preferido é o professor Artola, nos quatro anos que convivi com ele em Salamanca. Depois, ao entrar para a Universidade de Santiago de Compostella, tive ocasião de desenvolver sistematicamente interesses que existiam de forma latente e que se referiam ao gosto por compreender a sociedade rural tradicional. Com efeito, nessa universidade tive a meu cargo durante quatro anos a cadeira do 1.º ano denominada História Universal. No primeiro ano, e estou a aludir ao curso de 1968-1969, procurei apresentar um programa que desse conta dos processos mais significativos e dos contributos mais relevantes das distintas etapas da História. Desde o Neolítico até à aquisição da consciência de subdesenvolvimento e de Terceiro Mundo; desde a invenção da carroça até ao princípio da indeterminação de Heisenberg. Mas a experiência durou só um ano. Nos outros três em que continuei como responsável da cadeira substituí o programa por uma introdução às Ciências Sociais. Pretendia assim que o aluno tivesse um quadro sistemático e um vocabulário mínimo de Demografia, Economia, Sociologia, Antropologia, Teoria Política, Cultura. Uma dedicação semelhante criou em mim um certo gosto pela teorização e pela sistematização. Sobre essa base, em boa parte, fiz assentar os fundamentos do meu manual de *Historia Universal de la Alta Edad Media* e, sobretudo, do meu contributo para a *Historia de España Alfaguara*, dentro do qual me encarreguei de redigir o volume correspondente a *La Epoca Medieval*. Mais tarde, esse mesmo impulso levar-me-ia a elaborar as minhas propostas de análise a respeito da História rural, tanto a apresentada nas I Jornadas de Metodologia Aplicada de las Ciencias Históricas, realizadas em Santiago de Compostela em 1973, como a que constituiu a lição inaugural do curso de 1978-1979 na Universidade de Santander. Ambas seriam, como sabem, traduzidas em português, anos depois. Agora, ao reler estes trabalhos e outros posteriores, o que vejo neles é, antes do mais, uma sensibilidade a esse campo em que se fundem paisagem, antropologia do território e pressão senhorial ordenadora do primeiro e adaptadora da segunda. Talvez que no espaço e no tempo sobre os quais trabalho primordialmente, e à falta de contributos substanciais da Arqueologia, sejam imprescindível uma atitude semelhante se queremos progredir no conhecimento.

Até aqui abordei o aspecto pessoal da questão. Se passarmos ao colectivo, creio que todos os historiadores espanhóis estaremos de acordo em que, a termos praticado algo, temos praticado muito mais a multidisciplinaridade pessoal que a interdisciplinaridade colectiva. Por isso, haveria que dizer que a renovação metodológica, que é detectável nas preocupações dos medievalistas espanhóis, deve incomparavelmente muito mais à primeira

do que à segunda. Os escassos ensaios de genuína interdisciplinaridade acabaram no cansaço dos seus promotores perante as dificuldades de coordenação dos distintos investigadores implicados num projecto comum e perante a impossibilidade, inclusive, de conciliar os ritmos das diferentes investigações pessoais. O resultado parece ser, agora, a busca de refúgios absolutamente individuais ou, quando muito, de coordenação do trabalho de outros investigadores que possuem uma formação idêntica.

Ser historiador e medievalista na Espanha de hoje

Optimismo, pessimismo sobre o futuro da minha especialidade? Realmente, não sei. Sei, em troca, que a oferta de trabalho para os novos licenciados em História tende rapidamente para zero. Para as universidades, é de esperar uma «congelamento» dos lugares de professores: estabilidade até ao corrente ano e diminuição a partir de agora do número de alunos das nossas faculdades é um acontecimento que traz essa consequência. No caso dos ensinos secundário e primário, a redução demográfica está a deixar muitas carteiras vazias. Não me parece que por aí se vá compensar a procura social. Falta-nos imaginação para propor outras saídas profissionais para os nossos alunos? É possível. Este ano, por ocasião do debate sobre os novos planos de estudos, veremos até onde chega essa capacidade imaginativa. Creio, no entanto, já ter antecipado os rumos que irão orientar esse debate: a defesa, por parte dos professores, dos seus postos de trabalho. Complementarmente, também sei que o sinal dos tempos vai no sentido de salvar o *gap* tecnológico com os países do nosso círculo cultural, o que, traduzido, quer dizer computadores, física do estado sólido, condutores, engenharia genética... Actividades, todas elas, que implicam elevados custos. Perante elas, o trabalho do historiador e, mais concretamente, o do medievalista, aparece como um autêntico luxo.

Luxo diletante? Luxo insultuoso numa sociedade para a qual os «espíritos» de Wall Street continuam a pôr-nos diante dos olhos o «*crack*» financeiro de 1929 com as suas sequelas de pobreza e fascismo? Está claro que, naquilo em que o ofício de historiador tem de tarefa intelectual no seu sentido mais puro, o historiador, incluindo o medievalista, poderá continuar a ser como que um diminuto foco de consciência crítica dessa sociedade. E no que esse ofício tem de depósito profissionalizado de memória colectiva dessa mesma sociedade, poderá fornecer essa informação sobre o passado. Que esta possa servir para tomar decisões mais inteligentes para o futuro é questão que compete aos políticos. Neste sentido, a primeira coisa que, consciente ou inconscientemente, fizeram os políticos das diferentes comunidades autónomas definidas pela Constituição espanhola de 1978 foi procurar a justificação da sua existência. Mas não necessariamente atra-

vés de uma gestão ainda por ver, antes pela via da busca das raízes da comunidade autónoma reconhecida pela Constituição. Quanto mais profundas no tempo eram tais raízes mais se justificava a separação actual da comunidade autónoma correspondente. E, por conseguinte, também a dos políticos encarregados da sua gestão. Não é de estranhar por isso que, nesses momentos, os medievalistas tivessem sido procurados como especialistas na arte de encontrar as raízes arcaicas. Surge assim uma plétora de publicações regionais e locais que, há que reconhecê-lo, também se filiava em tendências metodológicas regionalizadoras já visíveis desde finais dos anos sessenta nos campos da Geografia, Economia e, porque não afirmá-lo, da História. Na verdade, as grandes teses francesas de História Medieval, desde DUBY a BONNIASSE, e que tanto agradaram à investigação hispânica, tinham também esse base regional.

As autonomias e o mercado historiográfico

O que aconteceu, no caso das nossas Comunidades Autónomas, foi que nem sempre o interesse por demonstrar a genuína originalidade das raízes próprias se adequava ao que sabíamos da história geral. Contudo, em benefício do projecto do futuro, foi necessário sacrificar algumas das matizes do passado. Nesse sentido, com maior ou menor intensidade, produziu-se um movimento que qualifico de reconstrução histórica do futuro que desejamos. Operação que, por outro lado, como sabemos, já antes sucedera algumas vezes ao longo da história. Em princípio, sempre que houve uma alteração política significativa. Em função desses objectivos, o medievalista, tal como outros especialistas em História, foi convocado para congressos, jornadas, seminários, publicações... em que expuseram as raízes de uma determinada Comunidade. As da região vizinha já não interessavam tanto. Porém, como a História não tinha decorrido sempre, e, muito menos, entre os anos 700 e 1500, pelos limites geográficos das actuais Comunidades, chegaram a colocar-se pitorescas recusas à publicação de ambiciosos trabalhos de investigação apenas pelo facto de, precisamente, transcenderem o cenário de mais do que uma Comunidade autónoma. A situação ainda pode parecer mais cómica (ou mais trágica) se nos lembrarmos que, no seio destas Comunidades subsistem as Províncias e que, à frente de cada uma delas, as *Deputaciones* podem, por sua vez, reclamar atenções exclusivas sobre a área geográfica da sua província como requisito para aceder a uma publicação.

Assim foi o começo da procura dessas raízes históricas. Não ficou ainda afastado o perigo de que, para se adequar a esse marco institucional actual e se procurar uma desejável publicação, se assista a uma renúncia por temas de envergadura que permitam aclarar a nossa História de uma forma

muito mais conseguida do que a fornecida pela visão fragmentada para que nos empurrava a situação administrativa. Talvez que agora, tendo em conta que os últimos dez anos serviram para cristalizar a rede administrativa das dezassete comunidades autónomas, os políticos regionais já não sintam tanto a necessidade de justificar a respectiva existência junto com a da sua comunidade. Como consequência, diminui a vontade da busca das origens. Agora, podem estar atentos a outro tipo de comemorações. O horizonte do ano de 1992 começa a assumir carácter de mitologia nacional. E, conforme se vai reforçando, os medievalistas cedem aos modernistas o facho da atenção pública.

A articulação do estudo da História local ou regional com o da História peninsular

Devido à minha proveniência de uma região periférica, a Biscaia, uma região cujo sentimento autonomista é muito anterior ao da Constituição de 1978, e, também, sem dúvida, por causa do meu périplo profissional — Valladolid, Salamanca, Santiago, Santander, isto é, Castela, Leão, Galiza, Cantábria — vivi uma permanente dialéctica de conhecimento e de sensibilidade centro-periferia. Foi ela que me levou a procurar, em cada caso, quais poderiam ser os marcos inteligíveis do desenvolvimento de um determinado processo histórico. E parece-me claro que a divisão provincial delineada em 1833 por Javier de Burgos não é sempre o marco mais inteligível. Muito menos para explicar a história medieval. Por isso, chama a atenção o que qualifico de contínuas e implícitas homenagens a Javier de Burgos, isto é, o respeito cuidadoso, para efeitos de decisão da pertinência de uma publicação ou, até, do horizonte de uma investigação, dos limites por ele assinalados a cada província. Os quais, porém, não são suficientes para um medievalista. Este deve procurar delimitar o cenário da sua História de modo a que esta possa alcançar os mais elevados níveis de possível interpretação. Para um determinado tipo de História, tais limites podem ser os de uma aldeia; para outro, os de um senhorio; ou os de uma cidade dominadora de um espaço onde se dispersam numerosas aldeias; uma região ordenada em torno de uma capital que pode, além disso, transbordar a sua influência sobre diversificados espaços jurídicos, políticos, económicos, etc; todo um reino, única forma de avaliar na íntegra os passos dos membros e património de uma grande família nobiliárquica... Em qualquer dos casos, o medievalista deve levar em consideração como se manifestam, em relação ao cenário escolhido, as influências exteriores e como nele se movem os protagonistas da sua História. Claro está que, nesta operação, se deve muitas vezes matizar a desigual força com que um processo aparentemente semelhante incide sobre distintos sub-espacos de um mesmo ce-

nário. E porquê? Porque só através desse matizar conseguirá explicar os desfasamentos de conduta que pode observar na documentação analisada ou que simplesmente figuram entre as suas questões de base teórica. E, pode agora perguntar-se, como encontrar esses limites inteligíveis para o seu próprio estudo? Em princípio, pensando que pode tê-los; em segundo lugar, deixando «falar» a sua documentação e, antes de mais, os vocábulos que exprimam noções de espaço. Se é verdade que qualquer nome implica uma sociabilização, um topónimo, e muito mais um corónimo, implica uma consciência da percepção de um espaço ou de uma comunidade humana, ou de ambas as coisas. Tê-lo presente ajudou-me, inclusivamente, e sobretudo, para os séculos IX a XII, a desenhar esses desníveis comarcais que, em relação ao Norte da península, sublinhei em *La formación de la sociedad hispanocristiana en los siglos VIII a XI*, aparecido em 1982, e, três anos depois, serviu-me para formular uma proposta mais ampla e coordenar os trabalhos de outros colegas relativos à *Organización social del espacio en la España medieval*.

Uma História da apropriação social dos espaços

Torna-se evidente que é a partir do conhecimento das realidades sociais num marco territorial em que encontram coerência e inteligibilidade, que podemos ir interpretando a articulação de tais espaços com outros ou dentro de outros mais amplos. Nesse sentido, a história do espaço entre a Cantábria e o Douro, que é uma história construída de baixo para cima, no que parece ser uma série de tentativas que acabam por delinear uma realidade apenas visível com clareza no século XII, diferencia-se da história do espaço situado a sul do Douro, construída mais de cima para baixo, isto é, como produto de decisões que parecem premissas para pôr em movimento e organizar os espaços mais meridionais. E é evidente, pelo menos para mim, que o conhecimento dessa história, ou das variadas histórias que têm por cenário o território a norte do Douro, contribui poderosamente para facilitar a compreensão do fenómeno articulador da história medieval da Espanha.

O que, nesse aspecto, parece claro é que somente um projecto político, no mais amplo sentido do termo, é capaz de sustentar uma individualidade espacial. Se, por exemplo, e para citar dois espaços contíguos, a Biscaia manteve uma personalidade histórica que podemos seguir desde a sua primeira menção nas crónicas de finais do século IX, e a Cantábria, pelo contrário, não o conseguiu, podemos pensar que é porque no primeiro caso os senhores da Biscaia, isto é, a família dos López de Haro, tiveram, pelo menos desde os finais do século XII, um projecto político: o de manter incólume o seu território senhorial biscainho apesar de poderem ter noutra local e até pro-

ximamente outras importantes possessões patrimoniais. No caso da Cantábria, essa falta de projecto político individualizado fez com que tal espaço regional não fosse reconhecido pelos nossos textos como individualidade histórica, de um modo idêntico ao da sua vizinha oriental — Biscaia — ou ao da sua vizinha ocidental — Astúrias, sendo tal papel cumprido pelas distintas comarcas cantábricas. Associadas a outras situadas a sul da cordilheira cantábrica, constituíram parte fundadora do condado e, depois, reino de Castela, dentro do qual acabaram por formar, por antonomásia, a «Montanha».

Com projecto político individualizado ou sem ele, também está claro que estas regiões se acabam por articular através de agentes económicos (transumância, comércio) ou culturais (todo um processo de integração ideológica da sociedade cujos sinais exteriores mais evidentes são as poderosas correntes de doações a favor de centros eclesiásticos), pelo que seria pertinente perguntar pelos decisivos artificios desses vínculos. O papel da nobreza, com o rei à cabeça, enquanto estimuladora e beneficiária desse processo articulador, parece fora de qualquer dúvida. Este é, em minha opinião, o único caminho para articular o estudo do espaço local com o espaço nacional. Sensibilidade às matizes diferenciadoras, inclusive entre espaços próximos, tanto mais aguda quanto mais setentrional é o espaço da nossa atenção. Mas também sensibilidade para essas correntes de articulação e vinculação, muitas das quais dependem, por hipóteses, de decisões tomadas longe, muito longe dessas pequenas comarcas cujas peculiaridades mais específicas queremos inicialmente captar. Dessa convicção derivou, sem dúvida, a minha propensão para fixar a cartografia dos espaços estudados, com uma trama que, inclusive, saliente os seus aspectos físicos e não apenas a integração visual de fenómenos de diversa índole. Creio estar fora de qualquer dúvida o valor relacional dessa cartografia.

Uma visão «hermana» do medievalismo português

Parece que me é exigido um exercício parecido com o que, voluntariamente, aceitaram fazer os viajantes curiosos de todas as épocas. Isto é, traçar em voo de pássaro a impressão do país que se acaba de percorrer. Como se, atravessando-o de Chaves a Sagres, num par de semanas, ficasse autorizado a dar opinião sobre o passado, presente e futuro de Portugal e dos portugueses. Evidentemente que tenho mais e mais estáveis elementos de juízo. Os livros e os artigos dos medievalistas portugueses estão aí e podem ser lidos e relidos. Em qualquer caso, como em tudo, trata-se de uma operação intelectual pessoal, e por isso é necessário clarificar a questão. Em vez de «como se vê em Espanha» terei de limitar-me a responder como vejo eu essa historiografia medieval portuguesa. E, desde logo, a minha resposta

vai ficar-se pela superfície mais aparente das coisas, a qual pede que não deixe, contudo, de ser significativa acerca da «impressão», da «imagem», mais do que da análise ou da interpretação das contribuições de tal historiografia.

Animação, exogamia e ausências evidentes nos temas desenvolvidos são os três aspectos que me vêm mais rapidamente ao espírito. O primeiro, a animação, o movimento: por todos os lados cresce o número dos que, profissionalmente, se dedicam ao estudo da História medieval. Penso que, como aconteceu em Espanha, aproximadamente entre 1968 e 1978, em Portugal aumentou o número de professores universitários de todas as especialidades. Nessa euforia produzida entre 1980 e 1986 aumentou o número de medievalistas. E aumentou, sem qualquer dúvida, a qualidade, o rigor dos seus trabalhos, muitos deles exemplos a imitar noutros espaços ibéricos. Com eles, incrementa-se o número de trabalhos de investigação, estimula-se o nascimento de revistas especializadas, abrem-se as fileiras do medievalismo a gente jovem, cujos nomes começam a aparecer juntamente com os consagrados. Até quando essa euforia? Até quando o aumento de lugares no professorado universitário? Em Espanha trata-se de um processo praticamente concluído, ainda que os últimos ajustamentos derivados da entrada em vigor da lei da Reforma Universitária possam continuar a dar, ocasionalmente, a imagem de que ainda não terminou o processo de ampliação. E em Portugal?

Em segundo lugar, a exogamia. Está claro que as dimensões físicas de Portugal e as dimensões sociais do colectivo de medievalistas portugueses se unem para favorecê-la. Contactos interuniversitários permanentes, conhecimento pessoal dos medievalistas de uma universidade pelos restantes, assistência a seminários realizados noutros centros, orientação de doutoramentos por parte de professores de universidades exteriores à própria, tema de tese que não têm que ver com o cenário regional em que está instalada a universidade do doutorado e que, pelo contrário, compreendem cenários alargados a todo o país, ou regiões afastadas do centro universitário em que se investiga. Está claro que tudo isso ressalta porque, implicitamente, estou a compará-lo com uma situação espanhola, caracterizada precisamente por aspectos contrários, pela endogamia. Provavelmente o próprio desenvolvimento da massa crítica do medievalismo português vai contribuir para que evolua numa direcção semelhante à do espanhol. Isto é, para grupos regionais ou áreas de investigação, ainda que sejam, por hipótese, universitários.

E, por fim, os temas que são objecto da atenção dos medievalistas portugueses. Por volta de 1965, tal como começava a acontecer em Espanha, embora com certa antecipação, o medievalista português, pela mão de A. H. de Oliveira Marques, abriu-se a uma História económica e social a respeito da qual os trabalhos daquele investigador constituem uma proposta

geral de vias de penetração. Contudo, ao contrário do que vinha sucedendo em Espanha, essas linhas ficaram, salvo exceções, sem «comboios» que por elas transitassem. Pelo menos no que respeita a um conhecimento das realidades materiais, produção, paisagem, modos de vida. Em troça, desde meados dos anos setenta e juntamente com os esforços de H. Baquero Moreno para constituir uma sólida estrutura de investigação medieval no Porto, a produção historiográfica de José Mattoso orienta-se para uma história da sociedade em que o Poder e, por conseguinte, a nobreza, tem um poder fundamental para, desde aí, se orientar para uma investigação sobre as mentalidades. A evolução posterior de Oliveira Marques como medievalista para a história das cidades, e a das famílias nobiliárquicas e seus elementos de dominação sustentada por Mattoso, deixa a descoberto toda a história rural, resgatada parcialmente pelo solitário esforço de Maria Helena da Cruz Coelho, e a história do comércio, no de Luís Adão da Fonseca. Assim, cidades e vilas, de um lado, nobrezas e poder real, do outro, encontram ampla acomodação nas actuais preocupações dos medievalistas portugueses. Está claro que, e volto a olhar para Espanha, os medievalistas espanhóis já estão a entrar em ambos os temas. E não somente, como seria de esperar, pelo mundo baixo-medieval. Mas aqui, depois de terem feito um desvio por senhorios e aldeias.

Em resumo, portanto, e aqui manifesta-se a minha deformação profissional, considero que falta o traço de união entre essas realidades materiais de base e as realidades sociais e de Poder. E, além do mais, que essa união se produza à escala dos espaços tangíveis que constituam, em cada caso, os marcos inteligíveis da análise histórica de que falávamos antes. Mas suponho que nesse caminho ainda nos falta, a todos, muito que andar. E, sem dúvida, seria muito rentável para todos que, nos anos que se avizinham, de vacas magras para as Humanidades, atropeladas pelo desenvolvimento das «novas tecnologias», encontrássemos as fórmulas que permitam o intercâmbio de experiências que a todos beneficiaria. E esse é, a seu modo, o sentido que pode ter esta entrevista.